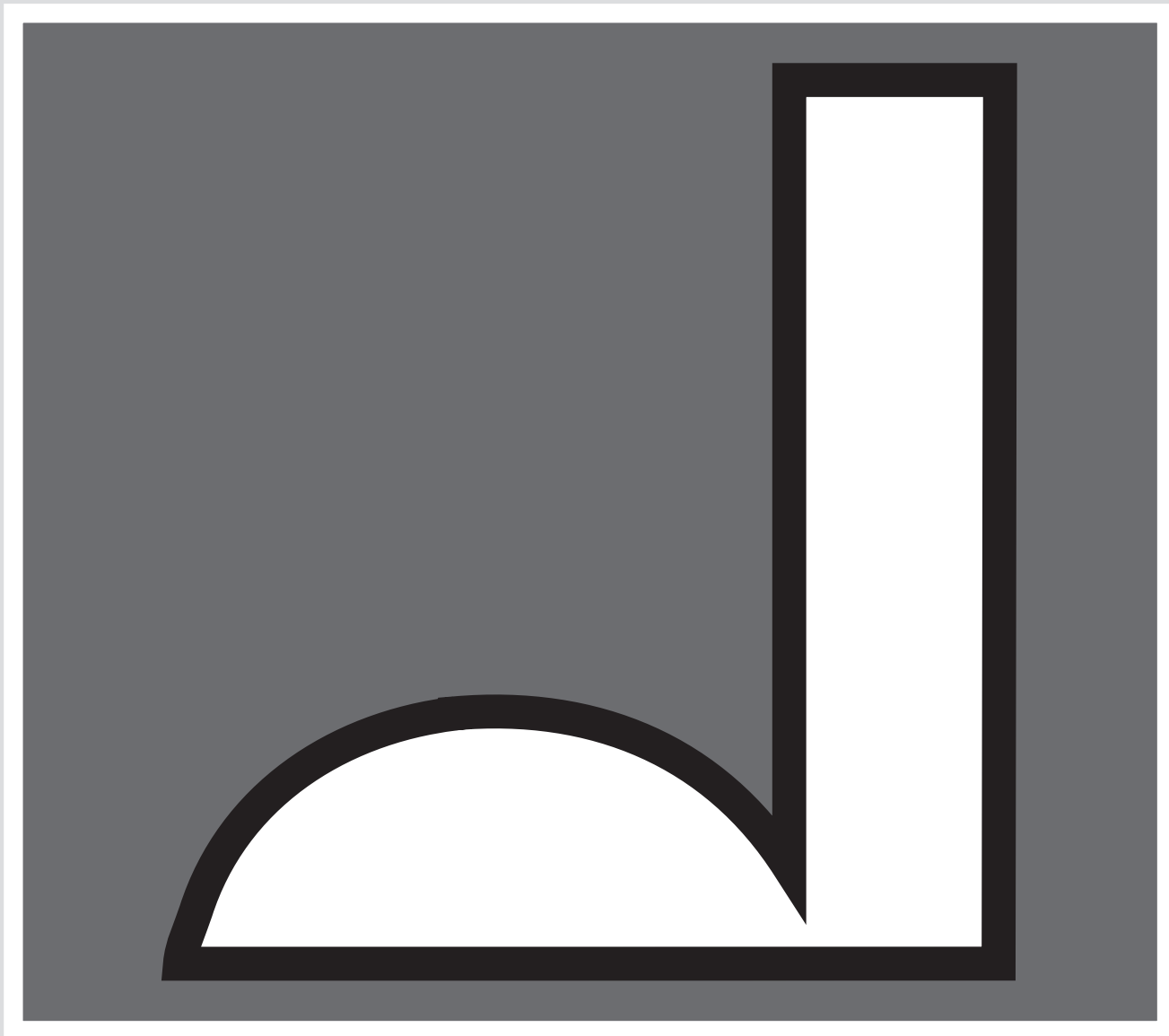




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 143 - SÁBADO, 10 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 24-8-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Comentários a e-mail recebido com críticas ao atual Governo e a S. Ex^a. 30500

SENADOR *RODOLPHO TOURINHO* – Considerações sobre decisão do Governo a respeito da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física para 2006. Falta de investimentos nas áreas de infraestrutura do País. Comentários a declarações do Presidente Lula culpando os governadores pela não votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Importância do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2005, apresentado por S. Ex^a, que altera a Lei nº 9.543, aumentando o prazo para que as prefeituras dêem ciência, a entidades da sociedade civil, da liberação de recursos federais..... 30505

SENADOR *ALVARO DIAS* – Crise de identidade do Estado brasileiro. Repúdio a declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. Falta de investimentos nas rodovias nacionais. Apelo pela votação de requerimentos apresentados por S. Ex^a de pedido de informações e de auditoria no BNDES. Denúncia de utilização, pelo Banco Santos, de corretora em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para operações irregulares..... 30509

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Protesto pelas declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. Críticas ao atual governo por não enfrentar a questão da publicidade de bebidas alcoólicas. ... 30512

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaros Dias e da Srª Íris de Araújo

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito, por 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias que preside esta sessão, Senador Rodolpho Tourinho, Senadores e Senadoras, nesta sexta-feira, faço da tribuna algo que nunca fiz, talvez por estar vivendo esta crise do meu Partido e, conseqüentemente, do Governo do qual faço parte, que é a base de apoio.

Tenho recebido, como já falei algumas vezes aqui, muitos e muitos **e-mails**, não importa a quantidade, são milhares. E um me chamou a atenção de forma especial, o de um professor universitário do Rio Grande do Sul, geólogo, cujo nome é Paulo, a quem pedi autorização para divulgar seu **e-mail**.

Sr. Presidente, ele faz críticas duras, muito duras, ao PT, ao Governo, ao Presidente Lula e a este Parlamento. Ele diz no encerramento do primeiro **e-mail** que me mandou: “Então, Sr. Senador, tinha que desabafar com aquele a quem eu cheguei a considerar o ‘Lênin sul-americano’, em quem muito me orgulhei em ter dado meu voto e, espero, voltar a dar, quem sabe” no futuro, se tiver em outro Partido com legenda ética.

Senador Alvaro Dias, não estou fazendo nenhum auto-elogio, porque digo a ele que não tem nada a ver me considerar Lênin. Quem sou eu? V. Exª me conhece. Sou um operário, que calco a minha vida aqui no mundo social e conto um pouco da minha história.

Ele faz elogios – e faço questão de dizer – ao P-SOL, ao Senador Eduardo Suplicy e faz críticas a este Parlamentar, ao PT, ao Governo e ao Presidente.

Sr. Presidente, de forma muito carinhosa, como sempre faço, recebi esse **e-mail** e o respondi na íntegra com muito carinho e respeito, dizendo a ele que entendia a sua revolta, a sua indignação. Fiz pondera-

ções sobre o Governo, sobre a PEC paralela – que ele disse que foi uma enganação que durou quase dois anos. Disse ele que, na PEC paralela, também me enganaram e que eu não reagi e que ele esperava uma posição mais dura daquele que aprendeu a respeitar ao longo da sua vida.

Ele era estudante, e eu já era sindicalista. Pois bem. Respondi, explicando que a PEC paralela foi uma conquista de todos aqueles que discordavam da PEC da Previdência, como V. Exª, Senador Alvaro Dias, e o Senador Rodolpho Tourinho.

Enfim, enviei respostas a ele, em que escrevi umas duas laudas dizendo que devemos atentar para que este momento tão difícil da vida nacional não se torne apenas um período de caça às bruxas. E digo eu na resposta: “É preciso que entenda que há homens de bem em todos os Partidos”. Em todos os Partidos, há homens sérios, homens de bem, e há também aqueles que erram.

Disse ainda que, diante do momento difícil da vida nacional, tenho muita esperança de que tudo vai ser investigado e de que a opinião pública terá a resposta que espera.

Aí, Sr. Presidente, para minha alegria, ele me respondeu. E aqui vou me dar o direito – depois de tê-lo consultado – de ler a sua resposta. Lerei um trecho que conta um pouco uma fase da minha vida e um detalhe do qual não me lembrava mais. Isso para mim é uma demonstração de que existem milhões e milhões de brasileiros que ainda acreditam muito nos políticos e no Congresso Nacional e que querem respostas. É importante que o Congresso Nacional dê a resposta, porque essa é a expectativa criada hoje na população brasileira.

Ele responde da seguinte forma:

Prezado Senador, me emocionou muito a sua resposta. É o que eu esperava de sua pessoa, um cavalheiro e um cidadão, acima de tudo. Mesmo magoado, mesmo não me identificando mais com o Partido, seguirei, com certeza, dando meu voto para S. Sª...

E segue dizendo que entende que sou um homem de bem – estou resumindo o que ele disse aqui.

E segue:

Desculpe-me pelo emocional na hora em que lhe enviei o **e-mail** anterior. É que, caríssimo Senador, os episódios todos foram e estão sendo piores do que uma punhalada em quem anonimamente tanto se identificou e lutou pelo sonho que o PT representou.

Senador, vou lhe confessar algo que, talvez, só o senhor saiba {e agora, todo o Brasil vai saber e ele me autorizou a dizer}: por diversas vezes, estive muito próximo de S. S^a, mas preferi não cumprimentá-lo, pois acho que o anonimato é a melhor das estratégias quando se acredita numa pessoa. Acompanho-o desde a grande epopéia que o senhor patrocinou, há muitos anos, em plena ditadura – a Marcha dos Metalúrgicos de Canoas a Porto Alegre {acho que era o primeiro deslocamento de sindicalistas numa distância semelhante àquela, o que se deu ainda em 1981}.

A primeira pessoa que me impressionou naquela marcha foi a sua figura, de dedo em riste, com a barba bastante crescida, de macacão cinza-azulado, em frente ao fórum, conclamando os seus à frente, desafiando a barbárie em que vivíamos {que era a ditadura}. Ali que eu cunhei o termo que sempre lhe apregão, o de “Lênin sul-americano”.

Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia...

Ali já estavam vinte mil pessoas. Eu tinha saído de Canoas juntamente com cinco mil pessoas, e alguns pediam que se invadisse a Assembléia. O Governador era o Jair Soares. Eu, coordenando aquele ato, dizia que ninguém invadiria a Assembléia.

Continua Paulo Neves:

Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia, até que o senhor teve um mal súbito e desmaiou em frente ao limite Palácio/Catedral. Ajudei a colocarem o senhor na carroceria de um velho caminhão (de cor azul – as imagens permanecem vivas em minha retina) e, quando seus camaradas quiseram que saíssemos da carroceria (inclusive até mesmo com ameaças, o que era normal dado o tumulto havido), não tive dúvidas... disse ser estudante de Medicina, e aí me deixaram ficar ... na realidade era estudante de geologia! Mas acho que dava na mesma, Senador, afinal sua

vontade de fazer as coisas e de agir sempre me pareceram pétreas.

Bem, Senador, esse relato a poucas pessoas eu fiz. Eu sabia que, de alguma forma, um dia, eu faria para o senhor. Continuo a acreditar em sua pessoa, que ainda deverá prestar grandes serviços à nossa Pátria.

Um fraternal abraço de quem muito lhe admira.

Atenciosamente,
Paulo Neves.

Respondi a ele, nos seguintes termos:

Caro Paulo César,

Somente quem viveu aquele momento saberia descrever com detalhes aquela caminhada. E você viveu com a gente! Você, eu e muitos outros companheiros estávamos lá. Quando você se refere a mim como o “Lênin sul-americano”, percebo uma generosidade muito além do que sou.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, compararia esse gesto dele, faço questão de dizer, à forma como o Senador Mão Santa costuma elogiar V. Ex^a, o Senador Rodolpho Tourinho e cada um de nós nesta Casa. Então, trata-se de um gesto generoso dele quando viu aquele líder sindical, que era protegido pelos estudantes, liderar aquele ato em 1981.

Continuei:

Suas palavras mexeram com as minhas emoções. Vale a pena lutar quando a causa é justa. Percebo em você a esperança e a verdade que ainda estão fazendo brilhar a mente de milhões de brasileiros. Foi muito bom recordar aquele momento.

Sr. Presidente, logo após essa resposta, diante do fato que estamos aqui relatando, tive o cuidado de remeter, ontem à noite, a esse estudante, que, na época, era anônimo, a pergunta se eu poderia ler esses documentos. E ele disse que fazia questão de que eu lesse e que eu poderia, inclusive, citar o seu nome, pois se considera um daqueles tantos que estão frustrados, magoados e tristes com tudo que está acontecendo em nosso País.

Mas, ao mesmo tempo, ele demonstra, ao longo do texto, que é daqueles que acreditam no processo democrático, porque não há sistema melhor que tenha sido inventado no mundo.

Neste momento tão difícil de crise instalada no País, agravada agora com a denúncia envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, em que as últimas pesquisas mostram, inclusive, que há uma ten-

dência de renovação do Congresso de mais de 70%, fiz questão de ler aqui esse **e-mail** do professor universitário Paulo Neves, que me acompanhou quando eu era sindicalista – ele, que na época era estudante, não esqueceu cada momento dessa caminhada –, para tentar demonstrar, Sr. Presidente, que, lá fora, milhões e milhões de brasileiros acreditam muito, muito, muito na democracia, no Congresso Nacional, na história de todos nós. Eles se dão o direito legítimo de comentar e de contar esses fatos. Embora eu nunca tenha conversado com o Paulo, ele acompanha a minha história, como acompanha a história de cada um de nós aqui, como acompanha a história de cada homem público.

Achei o **e-mail** tão bonito, pela forma como ele conduziu o debate – de uma crítica muito dura no início, caminha para fortalecer o processo democrático –, que resolvi comentá-lo desta tribuna.

Eu gostaria de ouvir o aparte do Senador Rodolpho Tourinho sobre esse diálogo que tive com o Paulo, usando a tribuna do Senado para comentá-lo.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Creio que é importante esse diálogo, Senador Paim. Ele mostra que, no fundo, discutimos democracia, discutimos posições. Mas não posso concordar com o Paulo César a respeito de um ponto: a PEC paralela, porque isso seria fazer uma grande injustiça a V. Ex^a e ao trabalho que foi feito pela sua votação. Entendo que, não fosse a sua posição e a de mais uns dois ou três Senadores, dificilmente a matéria teria sido votada. Ela veio minorar exatamente os efeitos mais perversos da reforma da previdência. Esse é um ponto que preciso destacar para fazer justiça a V. Ex^a. Com isso, contrário frontalmente o Paulo César. E acho mais: que a PEC paralela começa a dar resultados. Eu mesmo já encaminhei um projeto de lei tratando da inclusão previdenciária das donas-de-casa, o que não existia e que foi obtido com a PEC paralela. De forma que quero fazer esse reparo em relação ao que foi exposto pelo Paulo César e fazer justiça ao trabalho de V. Ex^a no que concerne à PEC paralela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a mais do que ninguém conhece a nossa luta, porque V. Ex^a foi o Relator da PEC paralela no momento mais difícil dos trabalhos. No primeiro momento, foi o Senador Tião Viana. A matéria voltou para a Câmara dos Deputados, retornou ao Senado, e V. Ex^a assumiu a responsabilidade de aprovar um texto que sabíamos à época que seria difícil aprovar. V. Ex^a, ouvindo todos os Senadores, construiu uma saída técnica, jurídica e política que deixou muito claro ao País que a PEC paralela havia chegado para ficar e que ela era para valer.

Por isso que, ao mesmo tempo em que V. Ex^a me elogia, sou obrigado, mesmo que alguém não entenda, a render homenagens a V. Ex^a. Não quero que alguém pense lá fora que isto é uma rasgação de seda. Não é, porque eu sei quantas e quantas noites V. Ex^a trabalhou, discutiu e negociou com todos os setores para fazer uma redação que contemplasse centenas e centenas de entidades que queriam a aprovação da PEC paralela e, ao mesmo tempo, buscasse o consenso nesta Casa, onde a matéria foi aprovada por unanimidade.

Então, sinto-me parceiro de V. Ex^a na construção da referida PEC. A Senadora Iris, que está aqui também, sei que deu a sua contribuição ao longo dessa caminhada; o Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, deixou muito claro que cobraria a PEC paralela ao longo da sua vida, se fosse necessário, caso não fosse cumprido o acordo firmado por todos nós.

Então, todos nós a construímos. E creio que o Paulo César entendeu, na essência da minha resposta, que a PEC paralela foi uma conquista principalmente do Senado da República. Sem nenhum demérito à Câmara, foi aqui que ela surgiu, como resultado de uma longa discussão entre nós; foi para a Câmara, que até aperfeiçoou alguns artigos, voltou para cá e a aprovamos, então, por unanimidade, mediante articulação feita principalmente pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Concluo, dizendo ao Paulo César, que hoje é professor universitário – no tempo em que eu era sindicalista, ele era estudante, e lembro-me de que, quando cheguei à capital, cerca de 20 mil estudantes abriram espaço para que pudéssemos chegar, e, dos edifícios, jogavam pétalas sobre nós –, que aquele foi um momento muito lindo, muito bonito. Creio que foi o momento mais bonito da minha vida. Falo isso com convicção. E vim à tribuna porque o Paulo César, que, na época, era um estudante que me acompanhava de forma anônima, relata fatos aos quais vincula esse momento tão bonito. Naquele tempo, a luta era pela volta da democracia; agora, não deixa de ser uma luta que o Congresso Nacional está fazendo pela democracia plena, sem corrupção.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de comentar um bate-papo feito com um companheiro de jornada do Rio Grande do Sul que, embora à distância, impregnou meu coração de emoção. Esta mensagem chegou ao gabinete

deste parlamentar e descrevo abaixo nosso diálogo fraternal.

1ª Mensagem enviada pelo Sr. Paulo:

Prezado Senador, estou decepcionado com o PT e com Vossa Senhoria. Eu sempre votei em sua pessoa desde o primeiro pleito que concorrestes. Sempre estive muito satisfeito com a sua atuação. Entretanto, ultimamente tenho achado Vossa Senhoria muito omissa em relação a nojeira em que transformaram o PT. Achava, inclusive, que o senhor seria um dos expulsos juntamente com aquela gente valente que foi para o PSOL. Mas, aí senti que o senhor, desculpe o termo, se acovardou! Após, na paralela da previdência, brincaram com sua senhoria e, nada. Depois, na CPI achei que o senhor iria dar o bom exemplo e assinar de primeira... e nada, ainda criticou o Senador Suplicy. E, agora, ainda permanece nesta nojeira em que transformaram o PT, parece ainda apoiar nosso patético Presidente da República, se é que patético se aplica ao mesmo; mesmo petista ou talvez ex-petista, tenho sentimento de que ele é o chefe desta gangue que assaltou o partido (raposa com vestes de coelho). Então, Sr. Senador, tinha que dasabafar com aquele a quem eu cheguei a considerar o “Lênin sul-americano”, em quem muito me orgulhei em ter dado meu voto e, espero, voltar a dar, quem sabe no PSOL ou outra legenda ética que vier a surgir.

Atenciosamente,

Paulo Neves

Geólogo – professor Universitário

1ª Resposta encaminhada pelo Senador:

Prezado Sr. Paulo, obrigado por sua mensagem e por sua sinceridade. Respeito suas ponderações mas gostaria de fazer algumas observações quanto ao assunto.

Saiba que também estou profundamente triste com todas as denúncias que têm sido apresentadas. Quero ver toda a verdade apurada e os culpados punidos. Saliento ainda que não estou omissa, tenho me pronunciado através de Jornais, Rádio, enfim toda vez que sou procurado tenho respondido e colocado minhas posições, muito menos me acovardei como o senhor declara. Votei na Reforma da Previdência, pela PEC Paralela, que, graças à minha pressão no Congresso Nacional, foi votada e se não garante o sonho dos servi-

dores, avança em muito o que foi perdido na Reforma.

Quanto à questão de novos rumos, gostaria de esclarecer que a hora é de calma, pois não se pode abandonar os nossos companheiros (principalmente os militantes petistas que construíram a história do Partido) num momento de crise como este. Estou alerta e quero a apuração.

Sempre defendi que as apurações de denúncias de corrupção acontecessem da forma mais transparente possível. Passamos por um momento muito difícil em todo o Brasil. A credibilidade da classe política, em qualquer Partido, já tão abalada, está em profunda crise. O que devemos atentar é para que não se torne um período de “caça às bruxas”, já que sabemos que existem homens públicos de bem e sei que estou incluso, graças a Deus, nesta lista.

Reafirmo que o importante é estar consciente do compromisso que tenho com a população que me elegeu e fazer a minha parte para que o Brasil se torne um país mais digno e estou com minha consciência tranqüila, pois estou fazendo o possível e a minha parte para que este país cresça com mais justiça social.

Informo ainda, que participei no dia 06 de julho de uma entrevista *online* (Chat) concedida ao Clic RBS, onde respondi a diversas perguntas sobre temas relevantes da atual conjuntura de nosso país.

Transcrevo abaixo, parte da entrevista, onde respondo a este questionamento que você me fez em sua mensagem. Saliento que você também terá acesso ao texto completo ou o nosso BLOG no portal: ou

Abaixo encaminho notícia publicada no Correio do Povo do dia 14 de agosto de 2005 (domingo) a respeito da crise política.

Cumprimento-o por sua participação cidadã, pois é importante que todos participem do crescimento e desenvolvimento de nosso país seja através de críticas, sugestões, ponderações, colaborando assim para melhorar a vida do nosso povo.

Pergunta de Internauta – José: Por que o senhor não sai desse partido?

Paulo Paim – Essa é a pergunta a que mais tenho recebido ao longo desses últimos dois anos. Mas sabe, José, sou daqueles que não deixa companheiros na estrada. Por isso, lutarei para fazer as mudanças por

dentro do PT. Se um dia me convencer que isso não é possível, não tenha dúvidas: seguirei os versos de um poeta espanhol que diz “o caminho se faz caminhando”. Nem que tenhamos que recomeçar tudo outra vez.

Deixo com você meu forte abraço,

Paulo Paim

Senador PT/RS

Fonte: **Correio do Povo**

Paim desabafa sua mágoa com o PT

Diz que não pretende “abandonar o navio na hora difícil”, mas não esconde que se considera enganado

Paulo Paim

O senador Paulo Paim, do PT, afirmou neste sábado que foi enganado pelo partido. ‘Estou magoado e constrangido. Fomos eleitos em função do discurso da mudança e não alteramos nada’, disse. Paim criticou também a base de sustentação formada pelo governo e avaliou que o presidente Lula perdeu inúmeras oportunidades de corrigir os rumos da administração. ‘Nunca tinha visto uma relação como a de hoje com os aliados, mas mesmo com tudo isso não consigo abandonar o navio na hora difícil’, desabafou.

Paim salientou que não há, no momento, possibilidade de prever o resultado da crise enfrentada pelo Palácio do Planalto e pelo PT, mas acredita que a única salvação para o partido é o retorno às suas raízes e à sua base social. ‘O sonho não acabou, mas temos que reconstruir o PT’, disse o senador, que na sexta-feira se emocionou ao comentar a situação nacional durante evento na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre.

A idealização e a história do PT começaram muito antes do movimento formado no ABC paulista como defendem algumas lideranças, salientou Paim. ‘Sempre questioneei essa versão e, por isso, nunca fui muito bem visto. Diversos companheiros perderam a liberdade, e alguns até a vida, lutando por nosso ideal, que agora está abandonado’, ressaltou. O senador criticou ainda a postura de dono da ética adotada pelo PT em relação aos demais partidos. ‘Em todos os lugares existem pessoas boas e ruins. Integrar o PT não significa ser anjo’, avaliou. Segundo Paim, é fundamental que o partido enfrente também a disputa entre as correntes internas, identificando a essência dos problemas. ‘Nunca participei ou me aproximei de nenhuma das tendências. Sou PT e ponto’, acrescentou o senador.

Paim criticou a situação do Congresso Nacional que, segundo ele, parou em função das investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão. ‘Deputados e

senadores não têm o direito de permanecer na inércia que estão atualmente. O número de parlamentares envolvidos nas comissões que apuram as denúncias chega a no máximo cem. Os outros, que são mais de 500, estão fazendo o quê?’, questionou. Paim destacou ainda que, se não ocorrerem modificações urgentes, por meio da reforma política, dentro de dois anos será estabelecido o mesmo quadro de corrupção e caixa dois praticado nas campanhas eleitorais.

Resposta encaminhada pelo Sr. Paulo:

Prezado Senador

Me emocionou muito sua resposta. É o que eu esperava de sua pessoa. Um cavalheiro e um cidadão, acima de tudo. Mesmo magoado, mesmo não me identificando mais com o Partido, seguirei com certeza dando meu voto para sua Senhoria, pois trata-se de pessoa ilibada e homem público dos mais dignos que esta combalida República já teve.

Desculpe-me pelo emocional na hora em que lhe enviei o “e-mail” anterior. É que, caríssimo Senador, os episódios todos foram e estão sendo, piores do que uma “punhalada” em que anonimamente tanto se identificou e lutou pelo sonho que o PT representou.

Senador, vou lhe confessar algo que, talvez, só o senhor saiba: por diversas vezes estive muito próximo de Sua Senhoria, mas preferi não cumprimentá-lo, pois acho que o anonimato é a melhor das estratégias, quando se acredita numa pessoa. Acompanho-o desde a grande epopéia que o senhor patrocinou há muitos anos, em plena ditadura: “a marcha dos metalúrgicos” de Canoas a Porto Alegre. A primeira pessoa que me impressionou naquela marcha foi a sua figura, de dedo em riste, com a barba bastante crescida, de macacão cinza-azulado, na frente do **Forum**, conclamando os seus à frente, desafiando a barbárie em que vivíamos. Ali que eu cunhei o termo que sempre lhe apregão, o de “Lênin sul-americano”. Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia, até que o senhor teve um mal súbito e desmaiou em frente ao limite Palácio/Catedral. Ajudei a colocarem o senhor na carroceria de um velho caminhão (de cor azul – as imagens permanecem vivas em minha retina) e, quando seus camaradas quiseram que saíssemos da carroceria (inclusive até mesmo com ameaças – o que era normal dado o tumulto havido), não tive dúvidas ... disse ser estudante de medicina e, aí me deixaram ficar ... na realidade era estudante

de geologia! Mas acho que dava na mesma Senador, afinal sua vontade de fazer as coisas e de agir sempre me pareceram pétreas. Bem Senador, este relato a poucas pessoas eu fiz, e sabia que de alguma forma um dia faria para o Senhor. Continuo a creditar em sua valiosa pessoa, que ainda deverá fazer muito por nossa Pátria.

Um fraternal abraço de quem muito lhe admira.

Atenciosamente,
Paulo Neves

2ª Resposta do Senador, solicitando autorização para citar em Plenário a mensagem enviada

Caro Paulo Cesar,

Somente quem viveu aquele momento saberia descrever com detalhes aquela caminhada. E você viveu com a gente! Você, eu e muitos outros companheiros estávamos lá. Quando você se refere a mim como “Lenin sul-americano” percebo uma generosidade muito além do que sou.

Suas palavras mexeram com as minhas emoções. Vale a pena lutar quando a causa é justa. Percebo em você a esperança, a verdade que ainda estão em milhões de brasileiros. Foi muito bom recordar aquele momento.

Gostaria de perguntar se o Senhor autoriza citar em Plenário trechos das mensagens que enviou. Aguardo resposta para fazer tal citação amanhã (sexta-feira).

Receba meu fraternal abraço,
Paulo Paim
Senador-PT/RS

Autorização do Senhor Paulo:

Prezado Senador

É com orgulho que recebi suas respostas. Sem dúvida, o senhor poderá usar o que lhe escrevi, sinta-se à vontade Senador.

Um fraternal abraço e, siga Senador, com sua atuação coerente, pois o senhor para muitos, em meu meio, já é considerado uma legenda.

Atenciosamente,
Paulo Neves

Geólogo e Professor Universitário

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PMDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^a Senadora Iris de Araújo, Senador Paulo Paim, não posso deixar de comentar esta questão da alíquota do Imposto de Renda, se de 27,5% ou de 25%.

O Correio Braziliense de hoje publica: “Trapalhada. Não vale o que está escrito”. As trapalhadas do Governo não se limitam hoje tão-somente ao caixa dois; não se limitam tão-somente à corrupção nos Correios e em outras empresas; não se limitam aos problemas do IRB; não se limitam ao mensalão; não se limitam às conexões ou culpas remotas em relação aos mensalinhos; enfim, a tantas coisas a que o País assiste estarecido, e, agora, fica mais estarecido, sobretudo a classe média, quando vê essa questão.

A matéria do **Correio Braziliense** diz o seguinte: “Governo informou, na proposta de Orçamento para 2006, que reduziria imposto cobrado da classe média, mas ontem voltou atrás, alegando que houve um ‘equivoco’. Três funcionários perderam cargos de comissão”.

Senador Alvaro Dias, com as trapalhadas, O Governo ainda demite três funcionários que, possivelmente, nada têm a ver com o problema. Essa é uma trapalhada filosófica! Ninguém pode imaginar que, depois de se incluir, na proposta de Orçamento, uma redução de alíquota, que se tire esse sonho do brasileiro. Há quanto tempo o brasileiro não vê uma redução de imposto, sobretudo a classe média, que é sempre a mais castigada e a que mais sofre com essa enorme carga tributária do País?

O que aconteceu? Diz o **Correio Braziliense**:

O Governo está brincando de “pegadinha” com o contribuinte. Na semana passada [isso foi na semana passada!], incluiu na proposta de Orçamento de 2006 a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) dos atuais 27,5% para 25%, nível de tributação em vigor até 1997. Ontem, entretanto, voltou atrás. Nota conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão atribuiu o anúncio do que seria uma boa nova a um “equivoco” do próprio Governo. Segundo o texto, a legislação vigente determina a cobrança de 27,5% [eles deveriam ter descoberto se isso era verdadeiro antes do envio da proposta do Orçamento].

Na verdade, o País conseguiu um superávit primário acima da meta imposta pelo Fundo Monetário

Internacional; nos últimos doze meses, atingiu mais de 5% do superávit primário, e isso implica sobretudo falta de investimentos e um enorme aperto fiscal. Na verdade, esse aumento de superávit primário teria uma estrutura muito boa ou seria muito bem-vindo se decorresse de redução de despesas, mas isso não é verdade. Ao longo de muitos anos, ele tem sido obtido por meio de crescimento de receita; e crescimento de receita é crescimento de imposto, de tributo.

Então, o País está conseguindo esse superávit imposto pelo Fundo Monetário Internacional limitando programas sociais de enorme importância, limitando investimentos no País, sobretudo aqueles que tenho sempre defendido aqui, como em relação à área de energia, porque haverá problema de fornecimento de gás a partir de 2010. E as estatais não podem investir. Cometem o mesmo erro que foi cometido há cerca de cinco anos, que resultou no racionamento de energia.

As subsidiárias da Eletrobrás e da própria Petrobras precisam investir. Não há mais nenhuma condição de se imaginar, fracassado como foi o chamado Consenso de Washington, que o Governo não terá que investir. O Governo deve voltar ao seu papel original, de há alguns anos, de investir nos setores de infra-estrutura. As estatais devem investir nas suas respectivas áreas, como energia e petróleo. Se faltar gás em 2010, quando ele será necessário, isso somente poderá ser atribuído a uma coisa: à falta de investimento.

Esse problema não é deste ou do Governo passado. É algo histórico acreditar-se que o mercado vai resolver nossos problemas de infra-estrutura. Os organismos internacionais não pensam dessa forma – nem o Banco Mundial, nem o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Neste momento, ao tratarmos da questão de impostos e de mais essa trapalhada do Governo, devemos acrescentar a falta de investimentos, que já vem de longo tempo, nas áreas de infra-estrutura, sobretudo no setor de energia, de qual falo muito à vontade.

Também quero tratar de um outro tema que aflige muitos os Municípios: a reforma tributária.

Na semana passada, o Presidente Lula cometeu uma injustiça ao culpar os Governadores pela não votação dessa importante reforma na Câmara dos Deputados, após ter sido aprovada no Senado Federal, se não da melhor forma do mundo, pelo menos como foi possível naquele momento.

Há mais de dez anos discuto a reforma tributária no País e entendo que chegamos a um ponto extremamente importante quando conseguimos que os Estados abrissem mão de legislar – eram 27 legislações do Imposto de Renda, inclusive do Distrito Federal.

Quando isso aconteceu, as alíquotas passaram a ser unificadas e o sistema foi simplificado.

No entanto, o objetivo maior é acabar com a guerra fiscal. E quem diz que ela deve ser encerrada é um representante de um Estado que foi muito eficiente nessa questão. A Bahia não teria condições de crescer como fez se não utilizasse todos os instrumentos da guerra fiscal, como a concessão de incentivo fiscal. Mas isso acabou. Tudo foi generalizado e, com o surgimento de verdadeiras engenharias financeiras de incentivo fiscal, isso acabou. Eu vi isso acontecer em quase nove anos como Secretário de Fazenda do Estado; depois, também pelo mesmo período, como Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Tanto acabou, que se conseguiu construir um acordo, de que falo muito à vontade.

O principal opositor à guerra fiscal, ao reconhecimento dos incentivos fiscais que haviam sido concedidos, foi o Governo do Estado de São Paulo, porque era o maior de todos e o que tinha o maior problema. Esse acordo foi construído entre mim e o Governador Covas e, depois, mantido pelo Governador Alckmin, mas se está esgarçando como qualquer outro. Neste momento – já que estamos falando de trapalhadas, vou acrescentar mais uma –, falta o Governo cumprir sua parte – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a que sabe bem disso, porque participou da discussão da reforma tributária –, que é a alocação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, aqueles dois bilhões no primeiro ano, que ele não quer fazer. O Fundo de Desenvolvimento Regional vai substituir a possibilidade de os Estados concederem um incentivo fiscal, mas se isso não acontecer, realmente os Governadores não votarão a favor, ou não acionarão as suas Bancadas, ou não contribuirão com o processo.

O Presidente Lula está enganado, pois o problema não está com os Governadores. Tenho certeza de que, neste momento, falo em nome do Governador do meu Estado, Paulo Souto, que quer, com absoluta convicção, fazer a reforma, pois ela é necessária. Se não for feita agora, não o será nunca mais. O acordo jamais será retomado se perdermos essa oportunidade, e é necessária pouca coisa: que o Governo cumpra, efetivamente, aquilo que se empenhou em fazer.

Assim, a culpa não é dos Governadores, mas de setores do Governo em que havia uma discussão muito forte, pois muitos não queriam que esses recursos fossem colocados à disposição dos Governadores, mas que os investimentos fossem feitos por intermédio de um determinado Ministério. Tratou-se de uma luta interna do Governo, e o Presidente não tem o direito, neste momento, de culpar os Governadores. Os culpados não são eles; o culpado é o Governo Federal.

Quero tratar, também, da questão dos Municípios.

Dentro da própria reforma tributária, havia o aumento de um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Como a reforma não foi coordenada e incentivada pelo Governo neste momento, os Municípios deixarão de receber esse percentual, que havia sido acordado entre todas as Lideranças, todos os Partidos e todas as áreas do Governo.

É bom lembrar que, em 1988, 76% do que era arrecadado pela Receita Federal eram compartilhados, ou seja, divididos entre Governo Federal, Estados e Municípios. Essa porcentagem, Senador Alvaro Dias, hoje baixou para 44% – por aí, podemos verificar os problemas por que passam os Municípios. Quero lembrar, novamente, que eles somente podem melhorar ou colocar sua situação numa forma mais normal se, efetivamente, receberem esse 1%.

Para facilitar um pouco a vida dos Municípios e por reconhecer as dificuldades que têm em outras áreas, apresentei o Projeto de Lei nº 277, de 2005, que beneficiará as Prefeituras de todo o País, eliminando o custo burocrático, já que a maioria dos Municípios, todos reconhecemos, passa por grandes dificuldades. Trata-se de um custo burocrático exagerado, em especial para os Municípios pequenos.

Os últimos anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, caracterizaram-se por uma grande produção de normas destinadas a aperfeiçoar os instrumentos de controle democrático das instituições. Essa proliferação legislativa ocorre, em parte, pela necessidade de conferir à sociedade os meios de exercer esse controle sobre agentes políticos e, em parte, movida pela reação a acontecimentos que geram grande comoção popular.

Uma das funções do Parlamentar, entendo eu, Srª Presidente, é justamente a de verificar qual a situação de uma norma quanto à sua efetiva observância. Ainda que dotados das melhores intenções, os órgãos legislativos não foram agraciados, como todas as obras humanas, com o dom da infalibilidade. Em certas ocasiões, normas fundamentalmente corretas podem, não obstante, gerar efeitos colaterais imprevisíveis. Em tais momentos, o Parlamentar deve ser suficientemente razoável para sugerir a alteração dos pontos que, em seu entendimento, dificultam ou tornam impossível a aplicação da lei.

Por essa razão, pelo Projeto de Lei nº 277, de 2005, de minha autoria, a que já me referi, propus a alteração do art. 2º da Lei nº 9.543.

Essa lei busca aumentar a visibilidade e, conseqüentemente, o controle das transferências de recursos federais aos Municípios, permitindo à sociedade civil

um melhor acompanhamento dos gastos municipais decorrentes dessas transferências, que, em boa parte dos casos, têm sua aplicação vinculada.

Por essa razão, seu art. 1º determina que os órgãos da administração federal deverão notificar as Câmaras Municipais da liberação dos recursos até dois dias úteis após serem efetivamente liberados.

Seu art. 2º, por sua vez, dispõe sobre o prazo máximo para que as prefeituras municipais dêem ciência da liberação de recursos federais a partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais sediados no Município, fixando-o em dois dias úteis de seu recebimento.

O propósito da lei é louvável e, no tocante à administração federal, tem sido possível cumprir o prazo determinado. No entanto, o mesmo não pode ser dito em relação à totalidade dos Municípios.

Efetivamente, boa parte dos cinco mil e oitocentos Municípios brasileiros é de pequeno porte e dispõe de recursos financeiros e humanos extremamente limitados. Em tal situação, é muito difícil para eles cumprir o prazo de dois dias úteis para a cientificação de todos os partidos, sindicatos e entidades empresariais em seu território.

Para esses Municípios...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Srª Presidente, eu poderia ter mais cinco minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Estão concedidos os cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Exª pela tolerância.

Para esses Municípios pequenos, a exigência da lei acaba por ocasionar um ônus excessivo, pois, para cumpri-lo, tais Municípios precisam mobilizar uma quantidade desproporcional de seus escassos recursos humanos.

Mesmo Municípios maiores podem ter dificuldade de manter um cadastro atualizado de todas as entidades a serem notificadas por força da liberação de recursos federais.

Por essa razão, Srª Presidente, proponho a alteração do prazo de cientificação das entidades da sociedade civil, aumentando-o de dois para cinco dias úteis. Essa pequena ampliação, em meu entendimento, é suficiente para reduzir a pressão administrativa sobre os pequenos Municípios e, por conseqüente, reduzir o aparato burocrático necessário para o cumprimento da referida lei.

Igualmente, a dilatação do prazo permite que os Municípios efetuem a consolidação, em uma única comunicação, de diversos créditos liberados na

mesma época, simplificando os trâmites necessários para tanto.

Essa ampliação, por outro lado, não causaria qualquer alteração negativa quanto ao cumprimento dos objetivos da lei, pois o prazo final permite, com grande facilidade, a fiscalização dos gastos por meio dos entes da sociedade civil.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a economia resultante da alteração que proponho pode parecer pouca, se pensarmos unicamente na totalidade dos recursos federais; no entanto, do ponto de vista dos inúmeros pequenos e pobres Municípios que compõem a Federação, ela é enorme.

Ao concluir meu pronunciamento e pedir o apoio dos meus colegas aqui no Senado para a aprovação deste importante projeto, registro que estou atendendo a um pleito justo da União dos Municípios da Bahia (UPB), que esteve em meu gabinete. Discutimos esse assunto muitas vezes, vários prefeitos estiveram comigo, de várias regiões, solicitando isso, mas, sobretudo, atendo, neste momento, a União de Prefeitos da Bahia. E entendo que também é um pleito de interesse de todos os prefeitos do Brasil, lamentando termos mais uma atrapalhada do Governo, terminando por onde comecei meu discurso.

Enfim, acaba o sonho de ver a redução de imposto neste País com essa questão do Imposto de Renda. Quando pensávamos que poderíamos caminhar nesse sentido, houve um equívoco, houve mais uma atrapalhada do Governo.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, é só por um minuto. Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que nós cobramos tanto aqui a aprovação da PEC Paralela. Houve um acordo também na reforma tributária, que V. Ex^a ajudou a construir, inclusive com aquele artigo que daria um retorno maior para os Municípios, como V. Ex^a, no conjunto do discurso, está colocando. Por isso, eu me vejo na obrigação de cumprimentar V. Ex^a, com muita tranquilidade, porque a reforma tributária exige a sua votação. E aquele amplo acordo que se fez aqui sobre os dois temas, Previdência e reforma tributária, e V. Ex^a foi Relator da reforma da Previdência, como destaquei da tribuna, felizmente avançou. Mas, a reforma tributária empacou e, por isso, os Municípios, de forma justa e correta, estão a cobrar do Congresso Nacional. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a, que pega como eixo a reforma tributária.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muito prazer, à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Rodolpho Tourinho, lembro que, no Governo Fernando Henrique, eu era Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique na Casa, Senador Paulo Paim. E lembro-me de que uma vez, num daqueles grandes debates na Comissão de Assuntos Econômicos – não sei se o Senador Alvaro Dias estava lá –, o Senador Geraldo Melo, na época Líder do PSDB, fez-me um desafio, além de ter-me jogado uma praga dizendo que eu ia chorar muito se o Governo Lula fosse eleito. Acabei chorando muito, nem imaginava isso. Mas ele dizia que desafiava. Na época, nós estávamos certos de que Lula ganharia a eleição, e realmente ganhou. Eu cobrava muito que o Governo Fernando Henrique fizesse a reforma tributária, brigando pela reforma tributária, tanto para promover a desoneração do setor produtivo, especialmente o micro, pequeno e médio empresário do campo e da cidade, quanto para alongar o perfil da dívida pública interna, justamente para diminuir o comprometimento da receita líquida real dos Municípios e Estados, portanto, garantindo a capacidade de investimento em políticas públicas e sociais. O Senador Geraldo Melo disse: “Eu duvido, eu desafio. Quero um dia voltar ao Senado, não sei se como Senador ou não, mas eu vou perguntar a V. Ex^a, Senadora Heloísa, se o seu Governo, o Governo Lula, que a senhora está aqui dizendo que vai fazer a reforma tributária, a fez.” Já pensou, Iris, que praga do Senador Geraldo Melo? Porque, infelizmente, não se fez reforma tributária, não se teve a coragem de fazê-la, tanto em relação a tudo aquilo que era nosso compromisso histórico, que ia desde a remessa de lucros ao exterior, a taxação do capital especulativo, a taxação das grandes fortunas, a diminuição da carga tributária...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Só concluindo mesmo. A única coisa que o Governo Lula fez foi aquela que condenávamos com veemência, contra a qual votamos e estrebuchamos quando o Governo Fernando Henrique fez, que foi a DRU – Desvinculação de Receita da União. Todo o debate da reforma tributária aqui foi unicamente, todo o trabalho que eu, V. Ex^a e vários outros Parlamentares tivemos nesta Casa, a única coisa foi para garantir a DRU.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E a CPMF.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E a CPMF, exatamente. Desvinculação de Receita da União, que, por sua vez, autoriza o Estado brasileiro a saquear

20% da saúde, da Previdência Pública e da Assistência Social, 20% da seguridade social, de que, aliás, o atual Governo até este semestre já saqueou 38% para compor superávit e, portanto, fazer a alegria do capital especulativo, especialmente. Então, saúdo a lembrança que V. Ex^a traz à Casa, que é extremamente importante. A situação dos Municípios alagoanos e dos Municípios brasileiros...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo mais um minuto para que V. Ex^a possa concluir.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Só para concluir mesmo, porque esse é um assunto realmente muito interessante. E até naquilo que poderia auxiliar os Municípios, que é o Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, é uma migalha, tão migalha, porque será um bilhão para dividir entre mais de cinco mil Municípios brasileiros, que vai se tornar insignificante. E aí continua a cantilena enfadonha e mentirosa de que dinheiro não há para investir em políticas públicas e sociais. Então, só para saudar o regaste importantíssimo que V. Ex^a traz a esta Casa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora Heloísa Helena, penso que é muito importante o que foi colocado por V. Ex^a. E mais, estou no primeiro mandato, mas aprendi, lamentavelmente, e reconheci aqui que acordo não vale. E sempre entendi que o Parlamento tinha que ser basicamente acordo. Certamente, para conduzir qualquer trabalhos nesta Casa. E nós fizemos um acordo. E me referi a um acordo que foi feito por mim e pelo Governador Mário Covas e que depois foi mantido pelo Governador Geraldo Alckmin. Então, são coisas que ainda existem. Mas o acordo também no tempo vai esgarçando-se.

Disse a membros do Governo hoje: garanto que os Governadores votam a favor, eu garanto isso. Não tenho uma procuração escrita, mas verbal: hoje os Governadores votam a favor. É a melhor reforma? Não, não é. Mas é o possível de ser conseguido? Sim. Temos depois de arrumar uma fórmula de sair desse imposto de consumo ou de torná-lo o menos regressivo possível, porque atinge o pobre, a classe média. Temos de ver outra fórmula, mas precisamos construir isso com o tempo. Uma etapa é fazer essa reforma tributária. E volto a repetir desta tribuna: garanto...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só desejo concluir, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Pois não, nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu garanto isso, em nome dos Governadores. Talvez seja até um pouco de ousadia isso, mas tenho conversado com S. Ex^{as} e com todo o Confaz. S. Ex^{as} afirmam que fazem. Então, a culpa não é dos Governadores.

O Presidente diz que a culpa é dos Governadores. Penso que essa é mais uma trapalhada do Governo, como a do Imposto de Renda que houve hoje, porque ele, se quiser, faz.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Iris de Araújo, Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, que momento incrível estamos vivendo no Brasil, que momento péssimo, horrível!

Na verdade, há um trauma de representação popular, uma crise de Estado sem precedentes, uma crise de identidade do Estado brasileiro, com seu visível afastamento das aspirações do nosso povo. O Estado, realmente, está dissociado das aspirações populares.

Não é sem razão que há uma incrível e devastadora tempestade de indignação varrendo o nosso País. A cada momento, a cada atitude do Presidente Lula, há uma enorme contribuição para que a classe política brasileira perca em credibilidade. E o desencanto vai-se disseminando, generalizando, destruindo as instituições públicas do País naquilo que é mais fundamental e sagrado, que é a sua credibilidade para alcançar os objetivos essenciais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, na esperança de poder refletir um pouco a indignação do povo em relação ao evento de ontem no Peru. Tenho o dever de repudiar, com veemência, as ofensas assacadas contra o povo brasileiro pelo Presidente peruano, sobretudo pelo que disse e também pelo que representa, em que pese a afirmativa do Presidente Lula, que mais uma vez filosofou, dizendo: “Estamos aqui demonstrando que, quando o político é sério – friso, ‘quando o político é sério’ –, conversam seriamente e transformam suas conversas em realidade”.

Ora, Presidente Lula, o Senhor perdeu mais uma grande oportunidade de ficar calado. A situação do

Presidente peruano, Alejandro Toledo, não configura exatamente o perfil de um governante sério. O Presidente Toledo é acusado, no seu país, de corrupção, falsidade ideológica e associação ilícita para delinquir, e é esse “estadista” que é homenageado pelo Presidente Lula; é esse que se coloca como conselheiro do Presidente Lula, ao encorajá-lo a não esmorecer diante das pedras do caminho. E foi além o Presidente peruano, quando afirmou: “Enquanto os cães ladram, nós construímos rodovias”.

Ora, Presidente Toledo, queremos devolver a ofensa. O povo brasileiro merece respeito do senhor, Presidente do Peru, e de todos nós. O povo brasileiro não aceita essa aleivosia, essa agressão que nos afronta sobremaneira.

O Presidente do Peru não tinha por que interferir em assuntos do nosso País, agredindo a nossa soberania com um discurso medíocre. Ora, um Presidente que é acusado de corrupção, falsidade ideológica e associação ilícita para delinquir ousa agredir o povo brasileiro. Além disso, o Presidente Toledo está envolvido na chefia de uma “fábrica” de assinaturas falsas que garantiram o registro de sua legenda partidária ante o jurado nacional, no pleito que o elegeu Presidente da República em 2001. E, agora, a tentativa frustrada de fuga da principal testemunha da adulteração de assinaturas, Carmen Burga, agravou a situação do Presidente. Hoje, sua popularidade gira em torno de apenas 8% no Peru. Um Presidente com 8% de popularidade no seu país se atreve a abordar assuntos do interesse do nosso País e a agredir, da forma mais chula possível, o povo brasileiro. O Presidente Lula vai buscar sempre péssimos conselheiros.

Aliás, reconhecemos a importância da integração sul-americana. Obviamente, obras que permitam uma integração maior são da maior relevância, mas é preciso registrar que um governo que não tem a capacidade de estabelecer prioridades com correção e inteligência está fadado ao fracasso. É o caso do Governo Lula.

O BNDES investirá US\$417 milhões nessa obra, que está orçada em US\$814 milhões. Nosso País jogará US\$417 milhões para pavimentar rodovias no Peru. Concordaríamos, se as rodovias brasileiras fossem um verdadeiro tapete. No entanto, elas estão em estado de calamidade pública.

Estamos, insistentemente, afirmando que corremos o risco de chegar ao tempo em que o Brasil produzirá, venderá e não poderá entregar, em função de um eventual apagão de infra-estrutura, decorrente da escassez de investimentos públicos em obras fundamentais.

As rodovias estão abandonadas, a não ser aquelas onde se cobra pedágio. No Paraná, ainda agora, houve mais um reajuste que provoca indignação. A não ser nessas rodovias em que se cobra pedágio, não temos como trafegar em condições naturais. Em determinadas rodovias o motorista é obrigado a participar de um verdadeiro rali, comparável a Paris-Dakar, por exemplo, correndo todos os riscos próprios de quem participa de uma competição dessa natureza. As rodovias estão destruídas pela irresponsabilidade de quem governa o País, que não tem competência para estabelecer prioridades com correção e acaba, como ocorre agora, pavimentando rodovias em outros países, além-fronteira, e relegando ao abandono as nossas rodovias, que são fundamentais para o progresso e para o desenvolvimento do nosso País.

E mais. O Presidente Lula, em viagens e inaugurações recentes, afirmou que o seu Governo é recordista em investimentos no setor dos transportes. Não entendo como pode o Presidente falar tanta bobagem. Um Governo que investe pouco, que não cumpre o dever de investir nem mesmo no que está aprovisionado em função de receitas carimbadas, como é o caso das nossas rodovias. A Cide é uma contribuição idealizada e instituída exatamente para oferecer condições financeiras ao Governo de conservar as rodovias, que se constituem em grande patrimônio, adquirido graças aos impostos pagos com sacrifício pela população. É mais uma afirmação falsa do Presidente da República.

Não é verdade que seu Governo, Presidente Lula, investiu mais em rodovias do que todos os outros governos. Não há necessidade sequer de citar outros governos. Basta o comparativo com o governo anterior, já que o Presidente da República gosta tanto de fazer comparações do seu Governo com o governo anterior, é bom destacar que a média anual de investimento em transporte do atual Governo fica em torno de R\$1.6 bilhão contra R\$1.9 bilhão de média no governo anterior, sem contarmos aí, evidentemente, a necessária correção inflacionária. Mesmo sem a correção, o governo anterior investiu R\$1.9 bilhão contra R\$1.6 bilhão de média anual. Não estou afirmando que o que o governo anterior investiu foi suficiente. Não foi suficiente. Investiu pouco também. Mas o atual investe menos ainda e, portanto, o Presidente Lula não está autorizado a mais essa bravata de recordista mor. O Presidente Lula precisa entender que o setor de transportes foi contemplado, no Orçamento da União deste ano, com R\$10 bilhões, que é a metade da demanda anual.

Na verdade, o País precisa de R\$20 bilhões para atender às rodovias. Essa é uma estimativa da As-

sociação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – Abdib.

Mas, lamentavelmente, aquilo que é provisionado no Orçamento da União não é aplicado pelo Governo. O Governo não tem tido a capacidade sequer de aplicar os recursos disponibilizados no Orçamento. Tanto é que a infra-estrutura aplicou apenas 9% até o mês de agosto: investimentos de infra-estrutura, apenas 9%. E do total de investimentos programados no Orçamento da União, apenas 4% de investimentos. É um Governo, portanto, incompetente, até mesmo para aplicar recursos disponibilizados. Há Ministros que, ao final do ano, cumprem o dever, o triste dever, de devolver ao Tesouro Nacional recursos orçamentários que so- braram, em função da incapacidade de gerenciamento e de execução orçamentária.

Ao final, Sr^a Presidente, eu gostaria de fazer um apelo às Lideranças desta Casa e à Mesa do Senado Federal, para que permitam a votação dos requerimen- tos que apresentei há poucos dias, propondo auditoria no BNDES em relação aos empréstimos concedidos a países estrangeiros, em detrimento de interesses de obras no Brasil. Foram dois requerimentos: um pedindo informações e o outro solicitando ao Tribunal de Con- tas da União uma auditoria para verificar a lisura dos procedimentos adotados. O Presidente Renan Calhei- ros retirou esse requerimento, submetendo-o às Lide- ranças para um entendimento, alegando que estamos vivendo um momento de crise no País e que é preciso ter cuidado. Ora, é preciso ter cuidado mesmo. É pre- ciso ter cuidado com o dinheiro público. É exatamente porque é um momento de crise, em que pesa sobre o Governo suspeição, em razão de atos praticados que não guardam relação com a ética que se exige, que nós estamos investigando. E é uma exigência do País esse tipo de investigação.

Ainda agora o BNDES anuncia o empréstimo de US\$70 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para a conclusão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obri- gado, Senadora.

O BNDES anuncia um empréstimo de US\$70 milhões para o Friboi adquirir na Argentina o frigorífico Swift, um dos maiores; ou seja, o BNDES joga mais US\$70 milhões para gerar empregos em outro país.

Se tivéssemos o atendimento aos pleitos nacio- nais, dos empresários nacionais, dos empreendedores nacionais, é claro que aplaudiríamos até essa iniciativa de jogar recursos além-fronteira, para alavancar o de- senvolvimento de outros países. Mas, sinceramente, não podemos nos dar a esse luxo, não estamos em

condições de fazer benemerência, não estamos em con- dições de atender as aspirações de outros povos antes de atendermos as aspirações do povo brasileiro.

É por essa razão que queremos, sim, esclare- cimentos do Governo relativamente a esses emprés- timos: construção do metrô em Caracas, construção de ponte na Venezuela, construção de estradas no Peru, construção de estradas no Paraguai; e no Brasil assistimos a essa paralisia governamental. Se há um canteiro de obras financiado pelo BNDES no exterior, no Brasil há a ausência de obras fundamentais, in- dispensáveis para a preparação do desenvolvimento econômico nacional.

Hoje, Senadora Iris de Araújo, eu deveria abor- dar aqui tópicos dessa novela sobre a corrupção no Governo do Brasil, trazendo detalhes da denúncia que ofereci ontem...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Ex^a dispõe ainda de dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou con- cluir, Senadora. Muito obrigado.

A denúncia que apresentei ontem, de uma pe- quena corretora de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, utilizada pelo Banco Santos para operações, certamente, fraudulentas, operações escusas, envol- vendo cerca de R\$ 400 milhões. Em apenas alguns meses, de maio a julho, essa pequenina corretora re- passou cerca de R\$260 milhões. E figuras carimba- das na CPMI dos Correios, Senadora Heloísa Helena, participaram dessas operações: a Bônus Banval, a RS Construtora, a Schahin Engenharia etc.

Transformamo-nos no país dos laranjas e no país dos que não sabem: não sei; eu não sabia; eu não via; eu não participava. Nesse escabroso escândalo de corrupção, há esta revelação: corretoras– laranja, empresas-laranja, pessoas-laranja, inocentes úteis, neste caso, por exemplo, a Associação dos Músicos Militares do Brasil teria recebido R\$50 milhões. Ora, Senadora Iris, Senador Paulo Paim, Senadora Heloi- sa Helena, quem, neste País, tem esse patrimônio de R\$50 milhões? Poucos, uma elite privilegiada. Pois bem, essa Associação teria recebido R\$50 milhões por meio dessa corretora. Ligamos...

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para o gestor dessa Associação, e ele disse: “não sei de nada, não vi nada, esse dinheiro não passou por aqui, esse dinheiro não chegou aqui, nós não temos patrimônio. Fomos usados, usaram o nosso nome”.

É assim que procedem no Brasil. O Sistema Fi- nanceiro Nacional está contaminado, há operações

que se constituem em verdadeiro trambique. Ora, Sr^a Presidente, temos o dever de investigar, de desmontar essas arapucas, de acabar com esse modelo de corrupção que vai dilapidando o patrimônio público nacional. Infelizmente, desperdiçamos oportunidades de emprego, de renda, de receita pública, de vida digna exatamente porque estamos permitindo que poucos malandros integrantes da elite e da corrupção no Brasil... dilapidem desta forma...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...dilapidem desta forma...

Vou concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Eu gostaria de ouvi-lo a manhã toda, mas existem outros oradores inscritos. Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a para a conclusão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pode conceder dez.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Pode ser dez?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir. Eu só ia concluir a frase, mas como a... É bom até que os telespectadores saibam que não é a Senadora que aciona o botão da campainha. É um sistema automático que interrompe a fala do orador.

Vou concluir dizendo que é exatamente essa elite da corrupção nacional, com esse modelo inusitado é que vai dilapidando o patrimônio público e roubando as esperanças de vida digna do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Senadora Iris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, por 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, nossa querida Iris, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu brincava lá embaixo, embora saiba que a Senadora Iris está cumprindo o que manda o Regimento e tratando com o sistema eletrônico do Senado. Mas é evidente que ficamos até meio envergonhados – e são 10 horas, por mais que isso seja um sufoco danado para os funcionários da Casa, para os garçons etc. –, porque chega a ser uma situação extremamente difícil, numa sexta-feira, num dia de trabalho, já nos encaminhamos para o encerramento das atividades. Logo os Senadores e Deputados, que são muito bem remunerados e que têm a obrigação de trabalhar todos os dias da semana, com todos os outros trabalhadores! Às vezes, ficamos até envergonhados de estarmos sempre os mesmos – não é, Senador Paim? –,

aqui, na sexta-feira, na segunda-feira, tentando superar essa cultura maldita de que Parlamentar só trabalha dois dias na semana.

E a grande maioria do povo, da imprensa, todo mundo já passa a encarar com naturalidade essa cultura maldita de que só se trabalha dois dias na semana objetivamente.

Do mesmo jeito, Senadora Iris, que o Senador Alvaro Dias, eu também quero deixar aqui o meu protesto em relação ao que disse o Presidente Toledo. Sou absolutamente favorável à integração da América Latina. Todos nós que temos uma tradição da esquerda socialista democrática sempre fomos absolutamente apaixonados pela nossa Pátria, América Latina, além do nosso Brasil. Sempre fomos absolutamente favoráveis a todas as integrações que possam ser feitas, econômicas e sociais, com outros países igualmente explorados diante daquele que se acha o delegado do mundo: o império americano, os gigolôs do Fundo Monetário Internacional e das instituições de financiamento multilaterais.

É evidente que a mais bela declaração de amor que o próprio Presidente Lula poderia dar para a integração dos povos excluídos do mundo não era apenas fazer uma obra, um financiamento na África, uma obra ligando as estradas do Peru ou de qualquer um outro país da América Latina. A mais bela declaração de amor seria a articulação dos povos da América Latina, da África, dos explorados e humilhados no mundo que igualmente ficam numa posição extremamente difícil diante do Fundo Monetário Internacional, dos organismos multilaterais. E não promovendo essa dualidade política, demagógica de ser servil aos interesses do Fundo Monetário Internacional, de legitimar a verborragia neoliberal, de legitimar a subserviência econômica dos países da América Latina, da África e de outros explorados no mundo todo, em relação à nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra.

Mas, como se isso não bastasse, o Presidente Toledo, que, como todos sabem, e o Senador Alvaro Dias falava sobre isso também, está denunciado por corrupção, ainda comete uma estultice literária quando usa Dom Quixote para responder, valendo-se de uma frase de Dom Quixote, pela qual ele dizia a Sancho Pança: “Ladram porque nós estamos a abrir estradas”, ou seja, aquela discussão de que “os caminhos se fazem caminhando”. E nada tem a ver inclusive com as circunstâncias históricas, até porque, se fosse para garantir uma exatidão do ponto de vista literário, o Presidente Toledo estaria muito mais na fermentada canalha que Dom Quixote buscava combater nos seus sonhos, do que mesmo em relação a posições relacionadas a

ele, até porque todos sabem como era a história de Dom Quixote de La Mancha: um senhor já de idade que sai por aí tentando imitar a brava gente que povoava seus sonhos. E é em função disso que ele se propõe a sair pelo mundo, consertando as coisas tortas e desfazendo os agravos do mundo. E sai para combater os canalhas, os ladrões, a chamada fementida canalha. Então, é até uma transposição mecânica, estúpida, inclusive, também, do ponto de vista literário.

Sr. Presidente, é claro que sempre acabamos trazendo os assuntos relacionados aos crimes contra a Administração Pública que percorrem os esgotos que ligam à promiscuidade do Palácio do Planalto e, aqui, do Congresso Nacional, as coisas cínicas e dissimuladas da Operação Abafa, do submundo da política brasileira, esteja no Palácio do Planalto ou aqui no Congresso Nacional, no capital financeiro, nos empresários apaniguados pela estrutura de poder que, como estamos analisando em todas as CPIs, especialmente na CPI dos Correios, onde, claramente, só não vê ou quem é inocente e que, portanto, pela inocência, será perdoado em não ver os crimes contra a Administração Pública, patrocinados pela promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional, ou aquele que, por estar se lambuzando do banquete farto do poder, está com a boca tão cheia de usufruir desse banquete que faz de conta que não vê mensalão e outras coisas mais que garantiram a agenda do balcão de negócios sujos montado no Congresso Nacional pelo Governo Federal, o que é extremamente triste.

Mas, além desses outros fatos, já tive a oportunidade de cobrar, várias vezes, uma medida que foi assumida, aqui, no Congresso Nacional – e o Senador Tião Viana não se encontra aqui, mas sei que ele concorda, inclusive, com esse protesto que vou fazer, porque ele era parte do grupo que fazia essa cobrança. Na semana passada, Senador Paulo Paim, tive que retirar um requerimento meu que solicitava a vinda do Ministro da Saúde, porque, como trocam muitos Ministros... Aliás, é uma coisa impressionante, o Governo Lula tira ministros que sempre foram da tradição do PT e coloca ministros do PP, do Severino e de outros mais. É uma coisa que nem Freud explica.

Mas o que vimos? Lembro-me, com a mais absoluta clareza – aliás, foi até colocado no memorial do Tribunal do Santo Ofício, que tal qual o outro, de santo nada tinha – que eu passei no tribunal de inquisição no processo de expulsão do PT. Eles usaram uma medida provisória que lutei muito aqui para incluir, relacionada à propaganda das bebidas alcoólicas.

Quem tem acompanhado esse debate na imprensa, especialmente ao longo do último mês, sabe que é cada vez maior o número de crianças menores

e jovens usando uma droga psicotrópica, socialmente aceita, irresponsavelmente estimulada pelos meios de comunicação, pela publicidade livre, que é o álcool.

Eu não tenho nenhum moralismo farisaico contra quem faz farra. Que tome a cachaça que quiser, está tudo muito bem, desde que não vá dirigir depois para atropelar meu filho ou atropelar qualquer um outro ou de repente pegar uma arma e sair por aí matando alguma pessoa.

É absolutamente irresponsável, covarde a postura do atual Governo, que repete o Governo anterior ao não ter a coragem política necessária de tratar da questão da publicidade do álcool.

O álcool é uma droga psicotrópica, irresponsavelmente estimulada pela publicidade livre e irresponsavelmente aceita socialmente. Todas as pesquisas têm mostrado que cada vez mais o acesso das crianças e dos jovens às bebidas alcoólicas é maior. Depois vamos chorar as estatísticas oficiais, que mostram claramente que, se o fumo é prejudicial à saúde do indivíduo, o álcool é cem vez mais prejudicial à saúde do indivíduo, da sua família e da sociedade.

Sou contra o fumo. Gostaria muito que as pessoas não fumassem. Aliás, o meu pai morreu – eu era bebê de dois meses – com 35 anos de câncer, e ele era fumante. Então, até gostaria muito que o meu irmão não fumasse, que outras pessoas pelas quais tenho carinho e afeto não fumassem, porque sei qual é o significado do fumo na vida das pessoas.

No entanto, nem se compara com o uso das bebidas alcoólicas. Todas as pesquisas no mundo mostram isso. Quem analisa o impacto das bebidas alcoólicas na vida em sociedade, quem analisa todas as pesquisas feitas no Brasil ou nas melhores universidades do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa constatará como se transforma um cidadão pacato num assassino potencial, como a um quilômetro de um bar as pessoas matam muito mais do que a dois, três quilômetros.

Noventa e oito por cento da violência contra a mulher e da violência sexual contra crianças estão associados às bebidas alcoólicas. É o pai, o irmão, o tio que estupra uma criança e que depois vai chorar na delegacia, sem saber exatamente o que aconteceu. Claro que existem os distúrbios psicológicos, claro que há a safadeza e a impunidade relacionada à pedofilia, mas muitos dos casos, especialmente relacionados às famílias pobres e à violência sexual contra mulheres e crianças nas suas próprias casas, têm uma vinculação direta ao uso de bebidas alcoólicas.

A maior gravidade nos acidentes de trânsito está relacionado a quê? A bebidas alcoólicas. O agravo maior ao motorista e o agravo maior ao que é atropelado está relacionado a bebidas alcoólicas.

Este é um Governo fraco, como foi fraco o Governo Fernando Henrique, acovardado, incapaz, quando há o “tzi” da cervejaria corre todo mundo com medo. Na minha sala, nenhum lobista é besta de querer entrar, porque tem até sua integridade física ameaçada. Mas o que eles fizeram aqui! Estou há seis anos nesta Casa, e há projetos de vários Senadores em relação à publicidade de bebidas: do Suplicy, do ex-Senador Requião, atual Governador, meu, da Marina, da Emilia Fernandes. Há projetos de todas as formas e todos os gostos regulando a publicidade, até para, do mesmo jeito que existe em relação ao fumo ou a outros medicamentos, que se possa colocar o que o álcool faz na vida das pessoas. E do mesmo jeito que tem aquele rótulo mostrando o agravo do fumo na carteira de cigarro que possa ter também na garrafa de bebida alcoólica.

Agora o que não pode é as nossas crianças e a nossa juventude serem seduzidas por aquela publicidade maravilhosa, com as mais belas mulheres, vinculando o uso de bebidas alcoólicas a ser bom nos esportes e a ser profundamente sedutor. Como se um homem alcoolizado fosse ganhar alguma mulher, porque não ganha uma. O cabra embriagado achar que vai ganhar uma mulher? Perde todas. Do mesmo jeito, o contrário. Mas é isso que passa na publicidade oficial.

Então, mais uma vez, vou solicitar do Governo coragem política, que supere a covardia de ser pressionado pelos fabricantes de bebidas alcoólicas e estabeleça um mecanismo para impedir a publicidade das bebidas alcoólicas, porque o álcool é uma droga psicotrópica, irresponsavelmente estimulada pela publicidade enganosa e irresponsavelmente aceita socialmente.

Quero deixar claro que não tenho nenhum falso moralismo contra quem enche a cara, absolutamente nenhum moralismo farisaico com quem quer fazê-lo, só precisa saber fazê-lo, ter a responsabilidade de saber como fazê-lo. Que uma criança seja estimulada a isso ou que um jovem acabe tendo acesso a uma droga psicotrópica pela publicidade oficial é diferente. Se fizessem a propaganda de cocaína ou de maconha, iria ser uma gritaria na sociedade.

Há uma outra droga que mata muito mais do que todas as outras drogas. A desgraça das outras drogas é que elas são utilizadas para lavar dinheiro sujo. Não é à toa que na nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra 30% são para lavar dinheiro

sujo do narcotráfico. Toda essa gentalha que apresenta capital financeiro, estabilidade econômica, como se fossem coisas poderosíssimas, limpas e outras coisas mais, 30% da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra são para lavar o dinheiro do narcotráfico. Não é à toa que os Estados Unidos acabaram com o Afeganistão e não derrubaram um único pé de papoula no *Golden Crescent*, que era a montanha do crescente dourado, onde existem praticamente 40% da produção de ópio do mundo. Acabaram com o Afeganistão, dizendo que estavam procurando Osama bin Laden, mas não derrubaram um único pé de papoula, porque sabem exatamente que parte importante do capital financeiro está diretamente vinculado à lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico.

Assim sendo, Senador Paulo Paim e Senadora Iris de Araújo, mais uma vez, deixo o meu apelo para que o Ministério da Saúde e o Governo Federal tenham a coragem necessária para impedir a publicidade de bebidas alcoólicas. O álcool é uma droga psicotrópica socialmente aceita, irresponsavelmente estimulada pela publicidade enganosa e não pode sair por aí, seduzindo as nossas crianças e a nossa juventude.

Que os adultos possam fazer a opção, até podemos entender. Espero que eles não estejam atropelando as pessoas, estuprando suas crianças, maltratando suas mulheres ou matando as pessoas por aí afora, como todas as estatísticas oficiais demonstram.

Não podemos deixar um problema tão grave simplesmente sob responsabilidade do AA, instituição extremamente séria e importante, que, pela vivência pessoal com o alcoólatra e suas famílias, presta um grande serviço à sociedade. É verdadeiramente nadar contra a correnteza, com essa publicidade oficial que está sendo feita.

É só, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 29 minutos.)

(OS Nº 16194/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

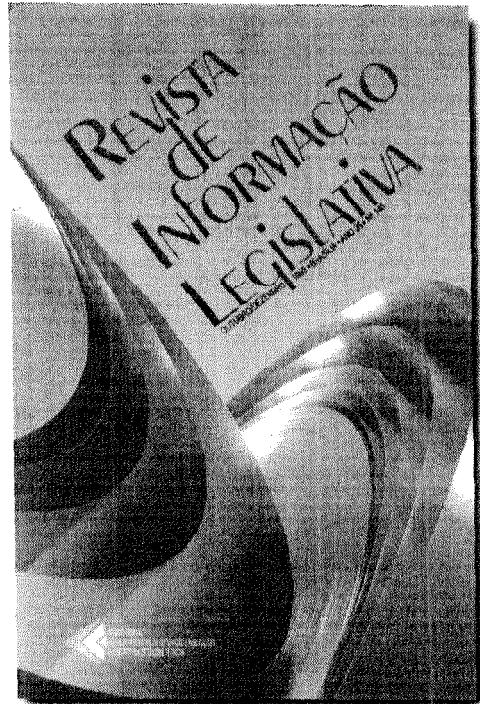
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



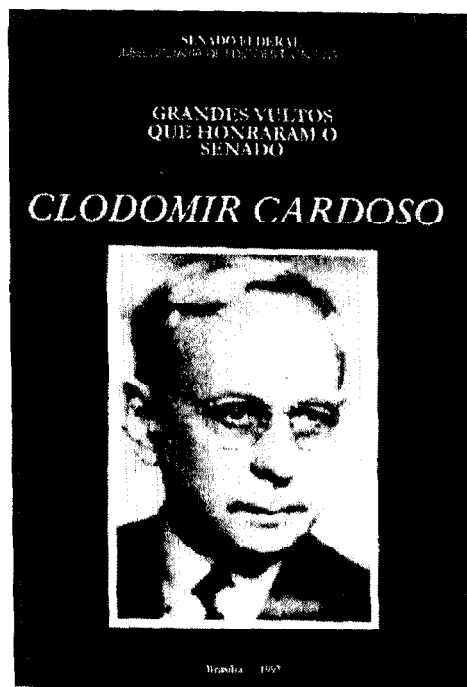
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



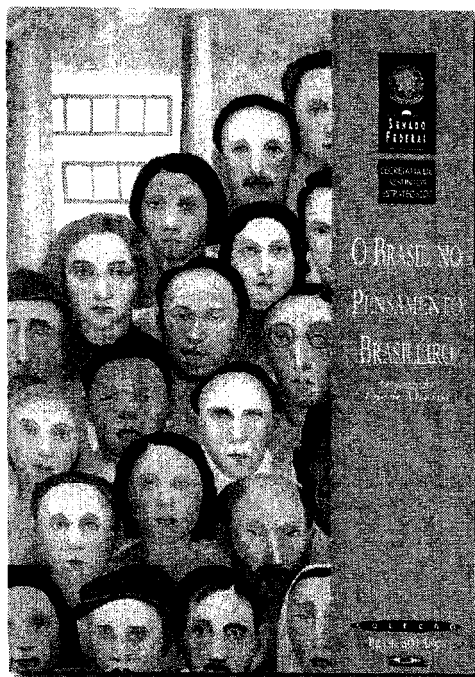
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS